

II SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

OS LIMITES DA ABORDAGEM ESTRATÉGICO-RELACIONAL NA ANÁLISE  
DE POLÍTICA PÚBLICAS

OUTUBRO, 2018

CURITIBA/PR

### Resumo

A abordagem estratégico-relacional de Bob Jessop faz parte de uma agenda de pesquisa que considera o Estado como uma relação social e como gerador, locus e produto da estratégia. Para Jessop, a formação do Estado capitalista apresenta um padrão espaço-temporal de “seletividade estratégica” inscrito estruturalmente, resultado de antigas lutas e condicionador de futuras lutas. Este artigo visa compreender tal interpretação e sua relação com o modelo ASID (agência, estrutura, instituição e discurso), como quadro de referencia e ferramenta de pesquisa sobre políticas públicas, discutindo sua dimensão teórica e as possibilidades e limitações de sua aplicação. Primeiramente, iremos realizar uma breve recapitulação do trabalho de Bob Jessop ao longo da formulação teórica da abordagem estratégico relacional. Em seguida, analisaremos a abrangência desta agenda de pesquisa no que concerne sua fundamentação teórica e seus pressupostos epistemológicos e metodológicos. Por fim, propomos uma discussão sobre as possibilidades e limites da abordagem estratégico relacional e do modelo ASID como quadro de referencia para a pesquisa em políticas públicas. Pretendemos contribuir com a compreensão dos limites e potencialidades da articulação entre categorias de análise do modelo ASID, discutindo aspectos metodológicos e epistemológicos que as aproximam ou distanciam da abordagem estratégico-relacional, esta assentada na crítica à economia política e na compreensão do Estado como relação social.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Civil, especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo e mestrando em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>2</sup> Engenheiro Civil, doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), professor do Departamento de Transportes e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em políticas públicas desenvolveu ao longo dos anos diversas abordagens, metodologias e ferramentas para a compreensão do Estado e da política em sua expressão empírica. Os processos de tomada de decisão, a formação de agenda, as instituições e os agentes que operam na formulação e implementação de políticas públicas são categorias que aparecem com centralidade nesse campo de conhecimento. As relações de poder, as estruturas sociais e econômicas que conformam (se são conformadas por) o modo de produção, as lutas sociais – e mais especificamente as lutas de classe - e as ideologias, na especificidade do Estado Capitalista, categorias tributárias da tradição marxista no pensamento social e econômico, também podem contribuir para a análise de políticas públicas.

Partimos da definição de Estado e poder de Poulantzas (1985) para avançar na contribuição que este artigo pretende realizar. O objetivo é discutir, a partir da teoria de Estado relacional de Poulantzas, os limites e possibilidades da aplicação da Abordagem Estratégico-relacional (JESSOP, 2008) na análise de políticas públicas e de sua proximidade (ou distância) ferramental com o modelo ASID (agency, structure, institution, discourse), dadas tais categorias de análise. Para isso iremos descrever brevemente a teoria de Poulantzas quanto ao Estado, entender como Jessop passa a interpretá-la e desenvolvê-la e analisar o modelo ASID, do qual Jessop é um dos autores, como ferramenta para o emprego (ou não) da abordagem estratégico relacional.

Dentro desta análise pretendemos destacar aspectos epistemológicos e metodológicos que aproximem ou afastem a abordagem estratégico-relacional do modelo ASID, sempre tendo em mente a aplicação destas na análise de políticas públicas. Com isso avaliaremos a evolução do pensamento de Jessop quanto à sua materialidade, assim como quanto ao uso das categorias de análise “Agência, Estrutura, Instituição e Discurso” dentro da dinâmica proposta pelo modelo ASID. Tendo a abordagem estratégico-relacional proposto uma agenda de pesquisa de ciência política a partir da visão de Poulantzas, do Estado como relação social, pergunta-se: como esta foi utilizada para a criação de uma agenda de pesquisa científica? e; qual sua validade em termos epistemológicos e metodológicos? Para responder tais perguntas precisamos esclarecer brevemente a visão de Poulantzas (1985) sobre o Estado capitalista.

## 2. POULANTZAS E O ESTADO COMO RELAÇÃO SOCIAL

Ao discutir a relação entre Estado e modo de produção, Poulantzas (1985) parte da crítica à concepção liberal, por um lado, e, por outro, a duas linhas teóricas marxistas de Estado, que de certa maneira se aproximam: uma teoria de Estado, onde o mesmo seria composto por um núcleo central impenetrável (Estado-Poder) e um “resto”, um campo onde as classes dominantes atuam; e uma segunda teoria onde o Estado estaria dividido também em dois, mas nesse caso o núcleo reportaria exclusivamente às relações de produção e haveria uma superestrutura que se relacionaria com este núcleo contemplando a luta de classes e as disputas ideológicas (POULANTZAS, 1985).

Estas teorias de Estado estão diretamente ligadas com a observação de um Estado que manifesta sua relação com interesses particulares, mas isso não é o bastante para definir suas relações de forma precisa, segundo Poulantzas (1985). Para o autor, as duas teorias apresentadas têm em comum um Estado-Poder à parte, que seria utilizado pelas classes dominantes. Estas concepções, portanto, têm em comum o fato de admitirem, separadamente, uma teoria geral da economia e uma teoria geral do Estado, seja na perspectiva da constituição de um “sujeito” político pairando sobre as classes, seja na perspectiva de um instrumento a serviço dos interesses de classe.

Segundo o autor, o processo de produção e exploração é ao mesmo tempo o processo de reprodução das relações de dominação-subordinação política e ideológica e portanto caberia definir uma teoria de Estado se esta estivesse atrelada a um modo de produção específico. Assim, “situar o Estado em sua ligação com as relações de produção é delinear os contornos primeiros de sua presença na luta de classes” (POULANTZAS, 1985, pág. 32).

Para Poulantzas (1985), embora seja evidente o papel do Estado na repressão física organizada e na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante, o binômio repressão-ideologia é insuficiente para definir o domínio do poder sobre as massas dominadas e oprimidas “sem cair numa concepção policial ou idealista do poder” (POULANTZAS, 1985).

As relações entre o Estado e as massas, dentro do que podemos chamar de consenso, possuem sempre um substrato material. O Estado trabalha para hegemonia de classe por meio de ações positivas, “no campo de equilíbrio instável do compromisso entre classes dominantes e dominadas” (POULANTZAS, 1985).

“Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas”. (POULANTZAS, 1985, pág. 36)

Isto quer dizer que, embora esteja sempre presente na representação do poder do Estado o binômio repressão-ideologia, o Estado também age pela “produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder” (POULANTZAS, 1985). Tratam-se de “medidas positivas” que ampliam as funções dos diversos aparelhos do Estado para além da repressão ou manutenção de um sistema de ideias.

É nestes termos que Poulantzas (1985) afirma que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas como a “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1985). Sendo assim, o Estado Capitalista expressa a condensação das lutas de classes em desenvolvimento e organiza o interesse político a longo prazo do “bloco no poder”, em outras palavras, da composição hegemônica de frações de classe burguesas (POULANTZAS, 1985).

O conceito de um Estado como “condensação de uma relação” evita que se caia no dilema de procurar classificá-lo como Estado “Coisa”, que o considera um instrumento passivo, manipulado por apenas uma classe; e Estado “Sujeito”, que o considera absolutamente autônomo, visto como instância racionalizada da sociedade civil. Portanto, na visão de Poulantzas (1985) o Estado capitalista não é nem um ente totalmente autônomo nem um instrumento totalmente aparelhável, mas a condensação de forças políticas com uma autonomia relativa para organizar as frações de classe burguesa no bloco no poder.

Desta forma, Poulantzas (1985) se opõe à ideia de um Estado como um bloco monolítico sem fissuras onde sua relação com as classes sociais seria compreendida como exterior aos aparelhos de Estado. Considerar o Estado como a condensação de uma relação de forças significa entender que o Estado é “constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 1985). Uma vez que as contradições de classe constituem o Estado, “a política de Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado” (POULANTZAS, 1985).

“Resumindo, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como *um campo e um processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo

tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros.” (POULANTZAS, 1985, pág. 157, grifo do autor)

Ao se referir a uma Teoria Relacional do Poder, Poulantzas (1985) argumenta que “o poder não se divide, se adquire ou se subtrai”, não é uma instituição, não é uma estrutura, não é uma determinada capacidade da qual alguns são dotados, não é quantificável, comercializável ou passível de troca. Se trata, quando referido às classes sociais, de um conceito que designa o campo de sua luta, das relações entre as classes. Portanto, **a capacidade de uma classe em realizar seus interesses em detrimento da capacidade de outras classes** é o que define o poder como “estritamente relacional” (POULANTZAS, 1985).

“O poder de uma classe significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja, as relações desiguais de dominação/subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que consiste desde então em relações de poder.” (POULANTZAS, 1985, pág. 168)

Sendo assim, o poder político, que tem como referência o Estado, relaciona-se com a organização das classes e sua posição na conjuntura. Este poder político não depende apenas do lugar objetivo da classe nas relações econômicas mas também de sua posição e estratégia diante das outras classes na realização de seus interesses, o que o autor chama de “estratégia do adversário” (POULANTZAS, 1985).

Bob Jessop nos lembra que

“Em suas pesquisas teóricas, Poulantzas tendeu a privilegiar a análise estratégico-relacional de modo a identificar a particularidade histórica do tipo capitalista de Estado e a estabelecer uma tipologia e uma periodização de suas várias formas” (JESSOP, 2009, pág. 133)

Para o Jessop (2009), Poulantzas elaborou a fundação de sua distinta versão da teoria marxista do Estado ao afirmar que o Estado é uma relação social. Para o autor esta é uma clara analogia à definição do Capital como uma relação social, afirmada por Marx (2017). Sendo assim o Estado não seria um sujeito, mas uma relação social entre sujeitos mediada pela sua relação com as capacidades do Estado, considerando o poder Estatal (não o aparato do Estado) uma “condensação determinada formalmente [form-determined] da variável equilíbrio de forças nas disputas política e politicamente relevante” (JESSOP, 2009, pág. 133). É nessa perspectiva que Jessop

ênfatiza a estratégia (e, portanto, a ação estratégica) nas lutas sociais, que será mais detalhadamente analisada a seguir.

Jessop (2009) aponta a obra *Estado, Poder, Socialismo* (POULANTZAS, 1985) um clássico moderno, assim como julga o próprio autor como:

“(...) uma figura crucial no desenvolvimento de uma teoria materialista do Estado. Sua percepção de que o Estado é uma relação social não apenas revigorou sua interpretação mais abstrato-simples forma-analítica do tipo capitalista de Estado como também forneceu uma poderosa abordagem para lidar com as características concreto-complexas dos estados de fato existentes nas sociedades capitalistas.” (JESSOP, 2009, pág 143)

No entanto, Jessop (2009) ressalta que não se pode reconhecer continuamente um texto como “clássico” sem que este supere uma variedade de barreiras culturais e que se submeta à crítica, tendo seus conceitos reformulados para encontrar novos problemas e avaliações. Pode-se dizer que Jessop utiliza como base a teoria de Estado capitalista de Poulantzas, descrita brevemente neste capítulo, para propor uma agenda de pesquisa contemporânea que empregue tal crítica que tipifica a obra *Estado, Poder, Socialismo* um clássico moderno. O autor denomina tal agenda de *abordagem estratégico relacional*. Adiante iremos entender como Jessop pretende avançar a teorização do Estado capitalista de Poulantzas ao descrever os processos estratégico-relacionais e que o mesmo está inscrito.

### 3. BOB JESSOP E A ABORDAGEM ESTRATÉGICO-RELACIONAL

A pesquisa de Robert Jessop em torno da crítica da economia política e das relações de poder no seio do Estado o levou a desenvolver uma abordagem sociológica chamada de abordagem estratégico-relacional. Em sua obra de 2008, *State Power – A Strategic-Relational Approach*, Jessop descreve a trajetória de seu pensamento e a construção ao longo do tempo de sua abordagem, destacando as influências de Marx, Gramsci, Foucault e Poulantzas em seu trabalho. Dividindo em quatro fases da construção de uma agenda de pesquisa que emprega a abordagem estratégico-relacional, Jessop (2008) reflete sobre os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que marcam sua pesquisa.

A abordagem estratégico-relacional (JESSOP, 2008) parte da premissa poulantziana do Estado como uma relação social, já exposta. Para o autor, a formação do Estado capitalista apresenta um padrão espaço-temporal de “seletividade

estratégica” inscrito estruturalmente, resultado de antigas lutas e condicionador de futuras lutas (JESSOP, 2014). Tal aspecto parte do trabalho de Jessop (1990), onde o autor analisa o Estado como *locus*, como gerador e como produto das estratégias.

O Estado, enquanto *locus* da estratégia, pode ser analisado como um sistema de seletividade estratégica, onde sua estrutura e *modus operandi* estão mais abertos para alguns tipos de estratégia política do que para outros. Assim, o Estado estará mais acessível para algumas forças do que para outras, de acordo com as estratégias que estas adotam para ganhar o poder estatal (JESSOP, 1990).

O Estado é também o lugar onde estratégias são elaboradas, pois, mesmo que sob regimes que centralizam o poder em uma fração de classe dentro de uma lógica hierárquica, inscreve-se no Estado capitalista suas lutas de classe e contradições assim como rivalidades e disputas entre diferentes setores estatais e frações de classe. Segundo Jessop (1990) isto impõe uma questão sobre como age o Estado como uma força política unificada. Para o autor este ponto representa a importância do estudo sobre a imposição de uma unidade relativa por parte dos administradores públicos (tanto políticos quanto oficiais de carreira) na (in)atividade do Estado e como estas atividades adquirem uma autonomia relativa das pressões conflitantes que emanam da sociedade civil. Assim, deve-se compreender as diferentes estratégias utilizadas por administradores públicos para impor uma certa coerência nas atividades do Estado (JESSOP, 1990).

Finalmente a estrutura e *modus operandi* do sistema estatal podem ser compreendidos em termos de sua produção dentro e através de estratégias e lutas políticas passadas, elaboradas de dentro deste sistema ou à distância deste sistema, para mantê-lo ou para transformá-lo. Neste sentido, a seletividade estratégica em vigência em dado sistema estatal é efeito emergente de interações entre seletividades estratégicas passadas e estratégias adotadas para a sua transformação (JESSOP, 1990).

Não se pode, portanto, compreender um poder estatal unificado mas potenciais poderes estruturais variados que estão inscritos no Estado como conjunto institucional.

“O Estado é um conjunto de centros de poderes que oferecem oportunidades desiguais à diferentes forças de dentro ou fora do Estado para agir por diferentes propósitos políticos. Até que ponto e de que maneira seus poderes (e quaisquer limitações ou pontos fracos associados)

são atualizados depende da ação, reação e interação de forças sociais específicas localizadas dentro e além dessa entidade complexa. Em suma, o Estado não exerce poder: seus poderes são ativados através da *ação* de forças políticas definidas em *conjunturas* específicas.” (JESSOP, 2008, pág. 37, tradução e grifo nosso)

Para a elaboração de uma pesquisa que contemple uma abordagem estratégico-relacional deve-se considerar portanto conjunturas específicas, contidas em uma relação espaço-tempo. Como destaca Jessop (2008), as estruturas não existem externas à horizontes espaço-temporais específicos de ação perseguidos por agentes específicos em face da oposição de outros agentes. Da mesma forma, agentes sempre agem em contextos de ação específicos, que dependem do encontro entre materialidades institucionais específicas e a interação de outros agentes sociais (JESSOP, 2008). Em suma, estruturas são irredutivelmente concretas, temporalizadas e espacializadas e não apresentam significado fora de um contexto específico de agentes específicos perseguindo estratégias específicas (JESSOP, 2008).

A abordagem estratégico-relacional situa, como base de uma pesquisa sociológica de relações de poder, a definição do Estado capitalista nas bases teóricas elaboradas por Poulantzas (1985), a constituição histórica das relações de poder que a englobam e que a transpassam em conjunturas específicas, as estratégias dos agentes, incluindo a capacidade de refletir e responder à uma dada seletividade estratégica e a interação entre as forças políticas em sua busca por interesses imediatos, esforços para alterar o equilíbrio de forças e transformar o Estado e sua seletividades estratégicas básicas (JESSOP, 2014).

A abordagem estratégico-relacional não se configura como método ou técnica e sim como heurística, refletindo sobre o Estado capitalista e as relações de poder que o compreendem. Em resumo, a abordagem estratégico-relacional revela a importância de pesquisar as “relações dentro das relações sociais” que determinam e definem o Estado e o poder.

“a análise de poder está intimamente relacionada com a análise da organização, modos de cálculo, recursos, estratégias, táticas e assim por diante, de diferentes agentes (sindicatos, partidos, departamentos de estado, grupos de pressão, polícia, etc.) e relações entre esses agentes (incluindo a composição diferencial das restrições estruturais e oportunidades conjunturais que eles enfrentam) (JESSOP, 2008, pág. 29, tradução nossa)

Assim sendo, veremos a seguir como o modelo ASID, do qual Jessop é um dos autores, se aproxima da definição do Estado como campo da seletividade

estratégica ao propor a análise das categorias sociológicas Agência, Estrutura, Instituição e Discurso (MOULAERT, ET AL, 2016).

#### 4. O MODELO ASID COMO REFERÊNCIA INSTRUMENTAL

Utilizando as conceituações de Moulaert, Jessop & Mehmood (2016) para a análise de desenvolvimento socioeconômico no espaço através do modelo ASID (*Agency, Structure, Institution, Discourse*), podemos começar a relacioná-lo com uma possível dimensão prática da abordagem estratégico-relacional, no que concerne sua aplicação científica. Segundo os autores, o modelo ASID considera: i) as **ações**, que guiam ou interferem no processo de desenvolvimento; ii) as **estruturas**, que limitam ou possibilitam as ações; iii) as **instituições**, que guiam ou compreendem ações e mediam a relação entre estruturas e ações, e; iii) os **discursos** e práticas discursivas, que são parte dessas interações (MOULAERT, ET AL, 2016, grifo nosso). Desta forma, reproduzimos aqui as definições de Agência, Estrutura, Instituição e Discurso elaboradas por estes autores no trabalho citado, em tradução livre.

**Agência:** comportamento humano significativo, individual ou coletivo, que traz impacto considerável no mundo natural e/ou social, seja por ação direta, não mediada ou através da mediação de instrumentos, máquinas, instituições ou outros. O impacto realizado pela agência inclui apropriação e transformação da natureza; criação ou variação de identidades, subjetividades, ou posição social; o projeto, construção, rearranjo, destruição criativa, ou desmantelamento de instituições; e a rearticulação de discursos.

**Estrutura:** momentos de realidade natural e/ou social que, no curto-médio prazo e em um contexto espacial definido, não podem ser alterados por um certo indivíduo ou agência coletiva. A natureza relativa, relacional e temporal da estrutura considera que as propriedades emergentes da interação entre agentes sociais variam com a localização espaço-temporal e controle relativo de recursos, orçamentos e capacidades dos potenciais agentes limitados, que são relevantes para modificar uma dada estrutura. Para esta metodologia a estrutura de realidades naturais e/ou sociais devem ser definidas em relação ao poder diferencial transformativo de forças sociais potencialmente submetidas ao poder limitador ou facilitador da estrutura.

**Instituição:** “estrutura socializada”, um grupo relativamente durável de oportunidades e limitações estruturais. Compreendem práticas interconectadas mais ou menos coerentes, práticas organizacionais, convenções, normas, mecanismos de sanções e práticas que governam mais ou menos domínios específicos de ações. Dependendo da teoria podem complementar ou rivalizar as estruturas.

**Discurso:** é a produção intersubjetiva de um sentido – e construção de significado. É momento essencial da ação (como comportamento significativo), de limitações estruturais e oportunidades conjunturais (que tipicamente variam com identidades, valores, interesses, horizontes espaço-temporais, estratégias e táticas dos agentes), e de instituições (compreendidas como ‘estrutura socializada’).

Neste modelo o espaço urbano não deve ser tratado como algo a parte das relações sociais que o constituíram e ainda o constituem. Os autores ressaltam a importância de rejeitar a análise que não inclui a fetichização do espaço e do tempo “como se estes existissem externamente às relações sociais e meramente provêm parâmetros externos de ação social” (MOULAERT, ET AL, 2016, tradução nossa).

Ao analisar as relações entre Agência, Estrutura e Instituição os autores mostram que os motivadores da agência são reações psicológicas ao contexto, lógica situacional, criatividade e inovação pessoal, defesa de identidades e interesses e esforços para a promoção de novas identidades, valores e interesses. Estes seriam motivadores individuais para agência. Os autores ainda ressaltam a importância de analisar a “agência organizacional” e o papel da colaboração inter-organizacional no desenvolvimento espacial urbano. (MOULAERT, ET AL, 2016)

Para Moulaert et al (2016) há um paradoxo no tratamento de Agência e Estrutura no modelo ASID pois

“Se focarmos na robustez institucional de aspectos estruturais e na dinâmica conjuntural da transformação institucional, é evidente que a agência tem um papel central na reprodução e transformação de estruturas e instituições.” (MOULAERT, ET AL, 2016, pág. 5, tradução nossa)

No modelo ASID as instituições mediam a dialética estrutura-agência ao moldar seletivamente oportunidades para atores individuais ou coletivos atuarem no espaço e tempo. Neste sentido, conjuntura e “disjuntura” são necessários para estudar a transformação institucional e a “agência social”. O conceito de conjuntura é definido como o recíproco de estrutura – e pertencente à dinâmica estrutural. Se refere a uma configuração específica de limitações estruturais e oportunidades conjunturais formadas por específicas interseções espaço-tempo através de diferentes campos sociais e ordens institucionais que por sua vez criam definidas oportunidades (ou limitações) para os atores produzirem (ou bloquearem) mudança institucional (MOULAERT, ET AL, 2016). As crises são especialmente importantes

conjunturalmente porque são “objetivamente sobredeterminadas, enquanto subjetivamente indeterminadas” (DEBRAY, 1973 apud MOULAERT, ET AL, 2016).

A centralidade da agência, para o modelo, está implícita na distinção estrutura/conjuntura:

“Se estrutura se refere aos aspectos da interação social e articulação institucional que não podem ser mudadas por dados agentes dentro de dado período ou contexto espacial, segue-se que as capacidades de agentes variam com esses aspectos estruturais. Instituições importam aqui porque a seletividade estratégica estruturalmente inscrita das instituições moldam as capacidades de atores de fazer a diferença dentro de uma dada conjuntura e, de fato, cedo ou tarde transformar restrições e oportunidades e sua materialização em instituições.” (MOULAERT, ET AL, 2016, pág. 7, tradução nossa)

Os autores indicam ainda que é necessário analisar as ligações entre a relativa autonomia e seletividade da “agência institucional” e a ação intencional para transformar instituições, suas seletividades, inercia estrutural e consequências “caminho-dependentes” [*path-dependent*] (MOULAERT, ET AL, 2016).

Finalmente, a análise de conjuntura se mostra central no estudo do desenvolvimento socioeconômico, dentro de sua dinâmica institucional e agência transformadora. Moulaert *et al* (2016) destacam que a conjuntura não pode ser estudada como se fosse ponto isolado no espaço-tempo mas “produto complexo de processos materiais-discursivos entrelaçados, cada um dos quais tem suas próprias espaço-temporalidades e horizontes de ação” (MOULAERT, ET AL, 2016, pág. 7).

O modelo ASID sugere explicações centralizadas em cada uma das categorias de análise inseridas no próprio modelo, explicando os limites e possibilidades de cada abordagem, sendo elas: i) *Agency-based explanations*; ii) *Institution-based explanations*; iii) *Structurally-based explanations*, e; iv) *Discourse-based explanations*. Além disso, o modelo fornece oito abordagens empírico-metodológicas que levam em conta a escala, o momento discursivo e a dimensão socioeconômica que será estudada (MOULAERT, ET AL, 2016). Tais abordagens se apresentam como possibilidades de aplicação do modelo ASID, cada qual com um arranjo teórico próprio que, segundo os próprios autores, não anula a teorização do modelo ASID como apresentada. São elas (em tradução nossa):

1) Agência econômico estratégica no desenvolvimento “local”;

- 2) Organização socioeconômica local-regional e agência estratégica;
- 3) Regulamentação jurídico-administrativo-política, nacional-regional;
- 4) Sistemas de reprodução: provedores de serviço;
- 5) Agentes e instituições globais (corporativos) de economia de mercado;
- 6) Regulamentação jurídico-administrativo-política, internacional-nacional;
- 7) Agências e movimentos, sub e contra hegemônicos e/ou socialmente inovadores;
- 8) Agência individual e dinâmica conjuntural, “excêntrica” e “liderança”.

Segundo Moulaert *et al* (2016), o modelo ASID rejeita, ontologicamente, o idealismo, considerando a primazia do mundo “real” em relação à investigação científica deste mundo. No entanto, os autores pressupõe uma interação entre os “mundos”, onde o mundo “externo” opera como princípio regulador e constricto na investigação científica. Isto se dá na medida em que o estudo científico intervém e transforma o mundo externo e na medida em que os resultados do estudo científico podem levar a mudanças na compreensão e prática no mundo externo (MOULAERT, ET AL, 2016). Epistemologicamente, Moulaert *et al* (2016) argumentam que o modelo ASID assume a máxima parafraseada de Marx, onde “se o mundo real fosse imediatamente acessível para a observação e experiência, não haveria necessidade de ciência” (MARX, 1894, apud MOULAERT ET AL, 2016)

Ao flexibilizar a teorização de cada categoria de análise e fornecer múltiplas focos/escalas de leitura do desenvolvimento e das possibilidades de uso do modelo ASID, Moulaert *et al* (2016) toma o cuidado de não preestabelecer tais categorias, rejeitando assim sua rigidez epistemológica.

“(…)categorias empíricas substantivas não são pré-estabelecidas na heurística ASID - é uma estrutura meta-teórica para pensar sobre as inter-relações entre agência, estrutura, instituições e discurso, não um sistema teórico que pré-julgue o resultado de investigações específicas. De fato, como uma abordagem meta-teórica, ela é necessariamente teoricamente subdeterminada. Sua aplicação requer sua conexão com entradas teóricas mais específicas, especialmente teorias de médio alcance, selecionadas em termos de sua compatibilidade com os princípios gerais do modelo ASID e sua ênfase na interação entre todas as quatro de suas dimensões.” (MOULAERT ET AL, 2016, pág. 12, tradução nossa)

Além disso, o modelo ASID se propõe a entender, em termos de dinâmica e natureza, estruturas que se apresentam como relativamente “robustas”, ou seja, que possam ser transformadas significativamente apenas em conjunturas específicas e por

um número limitado de forças sociais individuais ou coletivas. Moulaert *et al* (2016) caracteriza tal propriedade estratégico-relacional como “robustez institucional”: específica em espaço-tempo e vinculada a também específicos horizontes espaço-temporais de ação.

Finalmente, para aplicação de “potencial heurístico do modelo” os autores defendem que a meta-estrutura ASID pode ser compatível com estudos propostos em modelos “duais, interativos, estratégico-relacionais ou morfogenéticos”, desde que estes assumam premissas ontológicas e epistemológicas comensuráveis sobre “a ontologia estratificada de estrutura, instituição e agência” (MOULAERT ET AL, 2016, pág. 12, tradução nossa).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo ASID admite a abordagem estratégico-relacional de Jessop (2008) como uma premissa ontológica e epistemológica. Desta forma se apresenta como uma ferramenta empírico-metodológica para a aplicação de uma agenda de pesquisa materialista dentro da análise de políticas públicas, principalmente no campo do desenvolvimento socioeconômico e espacial. Isto se dá através da caracterização estratégica-relacional do Estado no contexto do desenvolvimento socioeconômico e espacial, vinculada à teorização de Jessop (2008) e de seus estudos sobre o Estado capitalista e as relações de poder, advindos de Poulantzas (1985).

Neste sentido, Moulaert *et al* (2016) tomam os cuidados epistemológicos para não idealizar as categorias de análise no sentido de preestabelece-las rigidamente. No entanto, pode-se dizer que não há indicativos desta vigilância epistemológica na materialização do modelo ASID enquanto ferramenta de pesquisa. Isto se confirma na interpretação da dinâmica do modelo, tomando a categoria Instituição como mediadora da dialética estrutura-agência. Desta forma, o modelo ASID apresenta indícios institucionalistas, estruturacionistas e materialistas, sem que haja suficiente reflexão sobre esta sobreposição teórico-epistemológica.

Se por um lado esta sobreposição nos parece pouco esclarecida, por outro nos aponta para uma agenda inovadora na análise de políticas públicas uma vez que leva para o estudo das Instituições (“robustas”), a necessidade de se estudar as “relações dentro das relações sociais” (JESSOP, 2008), principalmente ao afirmar o caráter central que a Agência assume na relação estrutura-conjuntura. No entanto, para se

concretizar como tal, acreditamos que devem ser discutidos com maior rigor: i) os limites da categoria Instituição na definição poulantziana de Estado como relação social, visto que ora ela aparece como propriedade estratégico-relacional ora como mediadora da relação agência-estrutura e, portanto, centralizada na dinâmica ASID; ii) as categorias de análise do modelo ASID frente à crítica à economia política e o modo de produção capitalista, principalmente a dialética agência-estrutura; iii) as diferenças na aplicação do modelo dentro da divisão social do trabalho no mundo, considerando as posições dos países periféricos em relação aos países centrais do capitalismo.

Mais que admitir a abordagem estratégico-relacional e a visão do Estado como relação social acreditamos que o modelo ASID deve expor com maior detalhe ferramental as discussões promovidas por Jessop e Poulantzas. Isto significa incorporar em cada categoria de análise a percepção de que o Estado, e suas Instituições, não podem ser definidos apenas quanto ao caráter estratégico de sua atuação, mas que também são o campo da luta de classes e que, portanto, tem existência específica no modo de produção capitalista. Assim, acreditamos no potencial inovador da abordagem estratégico-relacional dentro da agenda de pesquisa de análise de políticas públicas, materializando com maior precisão o estudo das relações sociais dentro do Estado capitalista na compreensão de seu funcionamento enquanto foco das relações de poder e enquanto “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1985).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JESSOP R. **State Theory: Putting the Capitalist State in Its Place**. Cambridge: Polity, 1990.

\_\_\_\_\_. **State Power: A Strategic-Relational Approach**. Cambridge: Polity, 2008.

\_\_\_\_\_. States and State Power: A Strategic Relational Approach. <https://www.youtube.com/watch?v=ASbFGnERcY&t=2590s> Aula ministrada via internet, 2014.

MOULAERT F; JESSOP R; MEHMOOD A. **Agency, structure, institutions, discourse (ASID) in urban and regional development**. International Journal of Urban Sciences, Lancaster, 2016.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 2a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.